

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A estrutura oligárquica na República Velha e
José Augusto: um remanescente da velha ordem**

WALCLEI DE ARAÚJO AZEVEDO

NATAL - RN

1998

WALCLEI DE ARAÚJO AZEVEDO

**A estrutura oligárquica na República Velha e
José Augusto: um remanescente da velha ordem**

**Monografia apresentada a
Universidade do Rio Grande do Norte,
como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Bacharel em
História, sob orientação da Prof.^a Dr.^a
Denise Monteiro.**

NATAL - RN

1998

AGRADECIMENTOS

Ao concluir o presente trabalho, agradeço em primeiro lugar ao Supremo Criador de todas as coisas, pelas graças a mim concedidas, pela força para seguir em frente, mesmo diante de tantos obstáculos a serem superados.

Agradeço também a professora Denise Monteiro pela orientação e pelas valiosas sugestões a fim de tornar o trabalho relevante no aspecto científico. À professora Francisca Aurinete Girão, pelo carinho, atenção e confiança. Confiança essa muito valiosa na elaboração do trabalho. O agradecimento é extensivo a minha família pela convivência harmoniosa facilitando em todos os aspectos a conclusão de tão árdua tarefa. As srt^{as}. Jeannine, pelo excelente trabalho de digitação e Ediane, pelas dicas quanto a normatização técnica.

Enfim, agradeço especialmente a minha muito amada esposa, companheira de todas as horas pela prestimosa ajuda no concatenamento das idéias, arrumação dos textos apresentados, e principalmente, pela força nos momentos de angústia e incertezas. A você Ilana todo o meu amor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	05
1. Da proclamação da República à formação do sistema oligárquico no Brasil.....	08
1.1 - A nova ordem política no Brasil.....	11
1.2 - O papel dos Estados na política nacional.....	14
1.3 - O surgimento das classes médias urbanas e sua atuação na vida política.....	18
1.4 - A crise do federalismo: coronelismo e oligarquias.....	21
1.5 - O declínio do sistema oligárquico.....	25
2. O contexto político, social e econômico do Rio Grande do Norte na época das oligarquias.....	27
2.1 - O aspecto sócio-econômico do Rio Grande do Norte na República Oligárquica.....	30
2.2 - A política oligárquica no Rio Grande do Norte.....	34
2.3 - A decadência da Oligarquia Maranhão versus a ascensão do grupo político do Seridó.....	41
2.4 - O desenvolvimento da política agrícola no Rio Grande do Norte.....	44

2.5 - O papel do Rio Grande do Norte no movimento que desarticulou o sistema oligárquico brasileiro.....	46
3. José Augusto Bezerra de Medeiros: um filho das oligarquias.....	48
3.1 - A identidade política e educacional de José Augusto.....	51
3.2 - A atuação de José Augusto frente ao executivo potiguar.....	56
3.3 - O papel de José Augusto na política nacional.....	58
CONCLUSÃO.....	61
BIBLIOGRAFIA.....	63

INTRODUÇÃO

Com o advento da República surgiu uma nova ordem política no país que favoreceu uma substituição nos grupos dominantes. Assim, os donos do açúcar foram substituídos pelos do café que, por sua vez, ganharam força devido a ação das oligarquias estaduais. Tais oligarquias contribuíram com esses no tocante ao controle do voto de seus eleitores que sempre possibilitavam a maioria para o candidato situacionista.

Assim, da ação das oligarquias passou-se à chamada política dos governadores. Tal política foi assim denominada em virtude de uma troca de favores entre os governadores e o Governo Federal.

Contudo, é na República Oligárquica que acontece o apogeu e o declínio da economia agroexportadora. Assim, produtos como o café, o açúcar, o algodão, etc. tiveram sua ascensão e logo após sua queda no quadro econômico brasileiro.

O RN, embora tivesse uma sociedade agrária dominada pelo coronelismo, teve no sal e no açúcar seu maior valor monetário na pauta das exportações. Inclusive, tais produtos foram a base da oligarquia Maranhão que ao chegar ao poder criou o monopólio do sal, beneficiando grupos econômicos que lhes apoiavam financeiramente nas lutas políticas.

Assim, após vários anos de domínio iniciou-se, mesmo de forma tímida, o ocaso dos Maranhão. Na época, o então governador, Alberto Maranhão, não conseguiu indicar seus sucessores, pondo em dúvida sua liderança aos coronéis seridoenses. E, quando vieram as campanhas salvacionistas, liderados por José da Penha, que lutava para

derrubar as oligarquias dominantes, agravou-se ainda mais a situação do atual governador.

Diante desse quadro começou a despontar no seio do partido governamental articulada pela facção do Seridó, a campanha de Ferreira Chaves que já havia governado o Estado antes.

Isso, portanto, desarmou Alberto Maranhão que sentindo-se desprotegido enviou o deputado José Augusto ao RJ para pedir orientações ao representante do PRC, Pinheiro Machado, filiado ao Partido Republicano Potiguar. Entretanto, as expectativas do governador fracassaram, dado o rumo tomado por Pinheiro Machado em favor de Ferreira Chaves.

Então, em face desse quadro, José Augusto e Juvenal Lamartine aproveitaram para reorganizar o sistema político do Seridó, desarticulado desde a morte de José Bernardo. Conseqüentemente, isso foi o primeiro passo para conseguir o que José da Penha, nas campanhas salvacionistas, não conseguiu.

À medida que sucediam tais fatos, começava, realmente, no RN o deslocamento da política estadual da região litorânea (açucareiro-têxtil) para a região do Seridó (algodoeiro-pecuária). Isso, portanto, deu-se pela crise econômica enfrentada no último quartel do séc. XIX e, quando veio a Primeira Guerra, houve a solidificação da cotonicultura na economia potiguar.

Portanto, uma vez que a economia seridoense estava fortificada e embora Ferreira Chaves já estivesse no poder, iniciou-se uma conspiração pela facção seridoense, apoiada pelos coronéis da região, contra as intenções do atual governador.

Mas, somente quando o Presidente da República intercedeu por José Augusto para assumir o cargo de governo é que foi selada, definitivamente, a hegemonia do sistema político do Seridó. Pois, num acordo entre as duas facções e o Governo Federal, José Augusto foi conduzido ao governo do RN e, enquanto isso, os deputados e senadores mantinham-se no poder desde que acatassem tal decisão.

José Augusto foi eleito sem oposição e, à medida que herdou de seus familiares uma influência política, tencionava seguir o mesmo rumo.

No seu governo, José Augusto criou o Serviço do Algodão possibilitando a produção, o beneficiamento e a comercialização do algodão no RN. E, uma das medidas desse decreto foi a criação da Estação Experimental de Cruzeta.

Portanto, sua atuação não se deu apenas no âmbito político, pois, em face de uma descendência também educacional procurou empenhar-se em tal questão.

1 - Da proclamação da República a formação do sistema oligárquico no Brasil

A monarquia caiu. Nasceu a República. O Brasil mudava a forma de governo sem revolucionar a sociedade. Trocamos de bandeira. Separamos a Igreja do Estado. Fizemos uma nova Constituição. Mas tudo isso foi feito no clima de ordem que interessava aos chefões de sempre. Mantendo-se o povo em sua pobreza e a elite em sua exploração.

Em lugar de um Estado centralizado na figura do imperador, a “coisa pública”, significado latino da palavra república, deveria ser governada por presidente eleito democraticamente, representante da maioria do povo. Entretanto, no Brasil, a mudança do sistema de governo não implicou o início da soberania do povo sobre a “coisa pública”. Entraram em disputa três diferentes projetos de ordem republicana: o oligárquico, o militar e o democrático. Os dois primeiros eram os que reuniam grupos sociais bastante fortes e foram decisivos para o episódio do 15 de novembro. O oligárquico era a favor de uma república liberal, com maior autonomia das províncias, que teriam controle político das elites locais. O projeto militar, positivista, era a favor de uma ditadura, ou seja, de um governo forte e “progressista”. O projeto democrático, seguido por jornalistas, profissionais liberais e outros setores urbanos, possuía reduzido poder, carecendo de alianças e forças que pudessem viabilizar seus ideais a favor de uma república com grande participação popular.

Politicamente, manteve-se o predomínio das elites agrárias, especialmente a cafeeira, até 1930. A esse período, 1889 a 1930, chamado de República Velha, a qual se subdivide em dois momentos distintos: República da Espada (1889-1894), quando a

presidência foi exercida por chefes militares, e República Oligárquica (1894-1930), quando o poder político era exercido diretamente por presidentes representantes da elite cafeeira.

Depois de 1894, os militares deixaram o centro do poder político. Saíram os “fardados” e entraram os civis de “casacas”. Entre eles, destacavam-se os políticos ligados aos poderosos fazendeiros, principalmente ricos cafeicultores. Nessa república velha, a política era uma troca de favores que funcionava na base do “é dando que se recebe”. No plano econômico, além do poder da agricultura exportadora predominantemente cafeeira, a República Velha foi também o período de um significativo surgimento de fábricas. Ampliou-se o número de operários que se organizavam para lutar pelos direitos trabalhistas. Surgiram as primeiras greves operárias.

Entre 1894 e 1930, as oligarquias detiveram a hegemonia sobre o poder político no Brasil. Até 1919, se consolidaram, decaindo a partir de então.

A dominação oligárquica fundamentava-se em três elementos básicos: o coronelismo, a política dos governadores e a política do café-com-leite.

O primeiro presidente civil da República foi o paulista Prudente de Moraes. Durante seu governo, empreendeu uma política de pacificação, resolvendo questões diplomáticas e derrotando o movimento de Canudos na Bahia.

Campos Sales deu início à política de saneamento financeiro da economia brasileira, provocando certa recessão, o que gerou descontentamento entre a população.

Ao assumir a presidência, Rodrigues Alves teve de enfrentar sérias dificuldades. Crises de superprodução atingiram a economia cafeeira. Os cafeicultores, com o apoio

do governo, implantaram a chamada política de valorização do café, a qual garantia o lucro dos fazendeiros, ao mesmo tempo que prejudicava a população brasileira. Promoveu ainda o saneamento e a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, auxiliado pelo médico Osvaldo Cruz. Sua atuação na área de saúde, porém, originou protestos da população mais pobre da cidade.

Os presidentes que se seguiram, mantiveram inalterada a estrutura de poder. Tiveram de enfrentar alguns movimentos de oposição, por exemplo, a Guerra do Contestado, serias dificuldades econômicas, mas continuaram a atender aos interesses da oligarquia dominante.

Foram constantes as revoltas populares contra a ordem oligárquica. A população que ficava a margem de qualquer participação sociopolítica, recorria a vários meios para lutar contra a discriminação, dominação e subordinação e às elites, sendo sempre enfrentada com violência policial e militar. No final do período, cresciam as lutas operárias contra a ordem existente.

O período compreendido entre 1919 e 1930 caracterizou-se, no Brasil, pela progressiva decadência do sistema oligárquico em função da ascensão de grupos de oposição ao governo, oriundos das transformações por que passou a sociedade brasileira no início do século.

A pressão por mudanças na ordem sócioeconômica e política partia de vários grupos, evidenciando a impossibilidade de se sustentar o sistema oligárquico por muito tempo. Vindos das classes médias, os tenentes, jovens oficiais do Exército, durante a década de 20, atuaram violentamente no sentido de desalojar do poder a tradicional elite política.

Os presidentes do período, Epiácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís, tiveram de enfrentar sérios problemas, o último em especial, em função da crise de 1929, que trouxe mais dificuldades à economia nacional.

Os descontentamentos atingiram o máximo em 1930, quando diversos setores sociais, indignados com o resultado das eleições para sucessão de Washington Luís, revoltaram-se e, partindo do Rio Grande do Sul, Minas e Paraíba, deram o golpe final sobre domínio das oligarquias. Washington Luís foi deposto e o candidato eleito Júlio Prestes não tomou posse, formando-se então, o Governo Provisório sob a liderança de Getúlio Vargas, desarticulando o carcomido sistema oligárquico que dominou o Brasil durante onze anos.

1.1 - A nova ordem política no Brasil

Através da revolta dos oficiais em 15/11/1889 iniciou-se uma nova organização política no Brasil. Aliás, uma reorganização que deu margem a mudanças, principalmente, nas forças sociais que comandavam o Brasil.

Ao fim do Império, as questões sociais fizeram com que viessem à tona as bases em que se sustentava a sociedade brasileira, e assim a economia imperial começou a tomar outros rumos, dando margem a burguesia mercantil e a outras classes sociais que, por sua vez, favorecia uma população influente na opinião pública. Surgiu, então, novas forças sociais, entre elas, o Partido Republicano e o movimento abolicionista.

Paralelamente, veio o crescimento das cidades e as imigrações, influenciadas pelo novo ciclo acumulação, dado através da guerra da Tríplice Aliança. Tal ciclo foi ativado pelo Estado e ligava-se ao financiamento externo.

Quanto à economia, consistia na exportação de produtos primárias e no controle dos instrumentos de câmbio. No entanto, com déficits que crescia com diminuição dos impostos, a República, ao ser proclamada, passou por problemas em virtude disso. Por outro lado, houve a substituição de escravos por profissionais livres e cresceu o fornecimento do papel moeda. Assim, veio a necessidade de empréstimos e, foi através da lei de 1888 de auxílio à agricultura que o tesouro e os bancos contribuíram com o financiamento.

Com o “encilhamento” de 1890/1891 apareceu críticas e correntes oposicionistas. Algumas de cunho industrializante, outras, portanto se opunham a isso, criticando os déficits crescentes. Tais correntes defendiam oencilhamento como uma forma de proteção aos banqueiros.

Entretanto, a partir de 1895/96 o orçamento foi reequilibrado; apesar das dificuldades do câmbio em 96 quando deu-se um corte na política econômica favorecendo, então, o quadriênio Campos Sales.

Este, por sua vez, objetivava consertar as finanças praticando as políticas do Funding Loan. Vale salientar, portanto, que as contenções desse período gerou uma crise no Brasil.

Mas, a partir da Constituição de 1891, começa a delimitação do novo sistema, principalmente, no que diz respeito a divisão e independência entre os poderes.

Entretanto, o apoio aos interesses regionais foi mantido, de acordo com o controle de Deodoro e Floriano.

Sobre Deodoro pode-se dizer que teve um governo voltado aos desgastes dos que estavam no poder e, quanto a Floriano, teve sua ascensão na articulação do P.R.P. Inclusive, foi em seu governo que enfrentou o que se chamava de “derrubada”. Com o apoio das novas oligarquias derruba os homens de Deodoro. Portanto, ao escrever ao Congresso sobre as derrubadas justifica-se dizendo:

“reintegrar ao peso das armas da União os governadores depostos, poderiam arrastar o país a uma conflagração geral, oriunda da luta entre os governadores partidários do ato de 3 novembro e as classes sociais que concorreram para a reivindicação dos direitos da Nação”. (CARDOSO, 1989, P. 42).

Após as derrubadas acontecerem novas eleições e, com elas, novas definições das oligarquias no poder.

Já no governo de Prudente de Moraes (1894-1898), foram feitas negociações relevantes, como por exemplo: a negociação da paz com os revoltosos do sul. Entretanto, como precisava ausentar-se por motivos de doença, pediu ajuda Campos Sales para intervir na ação de Glicério que tentava indicar o presidente da Câmara. Isso, portanto, trouxe seqüelas frente a sua posição no P.R.P.

“Até Campos Sales as dissidências estaduais e a divisão entre o executivo e Legislativo ganhavam contornos ásperos graças às repercussões que encontravam na tropa e ao fato de que o Florianismo e demais tendências militares mesclavam-se com as oposições civis (...)”. (CARDOSO, 1989, p. 47).

Aliás, sobre Campos Sales é possível dizer que propôs um Pacto oligárquico onde predominava o exercício do poder de forma independente e soberana. Além disso, favoreceu a sucessão que, por sua vez, deu margem ao “coronelismo” da Primeira República.

Na verdade, o coronelismo demonstrava um compromisso entre o poder estatal e o poder econômico privado. A ausência de partidos definidos gerou uma espécie de negociação entre o estado e os coronéis (que forneciam os votos de cabresto).

Portanto, até que haja uma exaltação eficiente das massas e classes, as oposições continuavam. Até lá, a doutrina da lei maior continua caracterizando a República que mais do que dos coronéis foi dos oligarcas que, além de controlar as fazendas, controlavam a máquina estatal.

1.2 - O papel dos Estados na política nacional

A atuação de São Paulo frente a política federal de 1889 a 1937 era relevante no sentido de ser um estado com economia valorizada. Além disso, garantia-se de que nada lhe seria recusado, exatamente por destacar-se dos demais estados brasileiros. Mas, em virtude das transformações ocorridas a partir de 1930, tal quadro foi alterado.

Dotado de um mercado de exportação produtivo, cultivava 50% do café do mundo e isso, contribuía para sua expansão econômica. Portanto, à medida que se elevava financeiramente gerava um índice significativo na população.

Os “yankes” do Brasil mantinham-se politicamente bem resolvidos, dado à inviabilidade de criar um partido de oposição. Isso implicaria em perdas de tributos e quando vinham as crises com P.R.P eram logo solucionadas.

Vale salientar que durante quase toda a República Velha tirava uma parte de sua renda através da exportação do café.

Inclusive foi através das alianças entre o P.R.P. e o Rio Grande do Norte, que São Paulo e o referido Estado mantiveram uma afinidade econômica. Embora, isso não bastasse, pois, apesar de sua relação e cooperação com outros Estados sempre detinha maioria e a exemplo disso, está o Pacto de Taubaté.

Quanto às suas instalações ferroviárias e portuárias também não mantinha relação de total dependência ao apoio federal. Tal situação, entretanto, não restringia-se apenas nesse aspecto, pois, na área de suprimento de mão-de-obra, esperava muito pouco do Governo Federal. É tanto que mantinha os portos abertos a estrangeiros que quisessem trabalhar nos cafezais.

Contudo, como era o mais rentável, logicamente recebia os agrados do Governo Federal, principalmente, nas questões de manutenção das políticas cambiais do café. Mas, apesar da oposição paulista, de 30 os impostos foram limitados a 10% e São Paulo, então, resolveu “abolir” os impostos dando outro nome para eles.

“Já os mineiros foram extremamente compiscuos na política nacional durante a República Velha. Uma era de federalismo desigual que favorecia os grandes ex-poderosos estados: Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul (...)”. (LOVE et alli, 1989, p. 76).

Sabe-se que a política mineira passou por fases importantes, entre elas, a preocupação da elite política com problemas internos ou quando obteve seu apogeu junto a São Paulo (1898 a 1929). Isso portanto, findaria quando a máquina estadual parou e, assim, não exerceu nada mais que a função de clientes do poder central.

Entretanto, no tocante a esse esmorecimento da economia mineira, é imprescindível salientar a continuidade de sua economia, embora tenha sofrido quedas exatamente por questões geográficas e condições precárias de mercado.

Por outro lado, através de seu patriotismo Minas manteve uma unidade e

“(...) é mister citar a elite política intimamente unida do estado. Com raras exceções, só mineiros natos militavam na política (...)” (LOVE et alli, 1989, p. 37).

Sobre a política de coalizão, é possível dizer que favorecia aos mineiros dado que através de suas habilidades em negociar, acabavam tendo o cargo de Presidente da Câmara.

“A despeito dos seus recursos do poder que eram, principalmente, políticos, não se pode dizer que a história dos anos de 1889 a 1937 fosse uma história feliz para Minas Gerais”. (LOVE et alli, 1989, p. 99).

O Rio Grande do Sul, por sua vez, permaneceu em vários setores. Se na política não desempenhar um papel funcional quanto Minas e São Paulo, na economia não destacou-se na exportação nem tão pouco na subsistência. Isso, provavelmente, seria consequência do fator geográfico.

“As cifras comparativas referentes à produção econômica do estado, na melhor das hipóteses, são incompletas, mas é manifestada a melhoria da posição relativa do Rio Grande durante a República Velha. Do sexto lugar no valor de produção agrícola em 1886, subiu para o terceiro em 1920, a mesma posição que mantinha no valor global da produção”. (LOVE et alli, 1989, p. 103).

Portanto, a partir desse período, destacou-se e ficou em 3º lugar em relação a São Paulo nas propriedades rurais, tendo uma quantidade significativa de cabeças de gado. Vale salientar que obteve o maior número da Federação. Através da produção de charque, teve um posicionamento relevante, que diminuiu apenas devido a insuficiência de frigoríficos e o aparecimento de novas indústrias. Inclusive, esse foi um fator que abalou a economia e só em 1940 trouxe resultados positivos. Por outro lado, à medida que trouxe maus resultados, em 1920 o setor agrícola apareceu e o arroz foi o principal cereal do Rio Grande do Sul.

No setor industrial, perdia apenas para São Paulo e o Distrito Federal e, por volta do fim da era, sua economia parecia evidente.

Quanto a políticos, os republicanos históricos que haviam concluído seus estudos, aderiram ao positivismo e Júlio de Castilhos era um dos representantes. Acreditava no governo republicano e ditatorial, assim como, via o progresso através da ordem.

Entretanto, essa filosofia não passava de ideologia para a maioria dos membros do P.R.P.

Contudo, foi através das ações republicanas e federalistas que o Rio Grande do Sul enfrentou os horrores da guerra da guerra civil. Essa, por sua vez, desencadeou uma série de seqüelas, como: a nova polarização política no Rio Grande, a consolidação do sistema político centralizado, a forjadura de um sólido elo entre o P.R.P. e o exército nacional. Isso, portanto, deu margem a mudanças no quadro de lideranças políticas.

“A presidência, naturalmente, era não apenas o contrapino do ramo executivo do governo, senão de todo o sistema político e as alianças no nível nacional giravam em torno da luta para escolher o presidente, os partidos políticos de São Paulo e Minas Gerais costumavam trabalhar juntos, mas, em 1910, o P.R.P. também entrou na luta”. (LOVE et alli, 1989, p. 119).

E, apesar de estar fora da aliança do café-com-leite, não acatava as decisões de São Paulo e Minas.

Em 1930 acontece a revolução e respondem à viabilidade do federalismo brasileiro e aliança do café-com-leite em que se afirmava.

Quanto à questão política no Nordeste, pode-se dizer que à medida que acontecia seu declínio,

“na mesma proporção que progredia o séc. XIX, o colapso da Monarquia em 1889 e a subsequente adoção do que se denominou um sistema de federalismo desigual despojaram Pernambuco de todo o poder político que possuía, pelo menos formalmente, até os derradeiros dias do Império”. (LOVE et alli, 1989, p. 122).

No tocante a Pernambuco, é relevante lembrar o fato de que até atingir sua total decadência enfrentou crises que partiram de intervenções federais, facções políticas, queda do poder de Rosa e Silva na época das campanhas salvacionistas, etc. Porém, a

perda total da política pernambucana deve ser vista como um “todo”, uma vez que o próprio Nordeste decaía e, se existiam fatores que podiam contribuir para seu progresso, não lhe fortalecia. Inclusive, uma das maiores reclamações dos lavradores do Nordeste era a falta de assistência quanto ao crédito agrícola. Só depois de pedidos insistentes é que foram beneficiados com a criação do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Quanto ao sistema federal, era muito competitivo e isso dificulta a unidade regional. Jogava um estado contra o outro. Porém, o primeiro acordo entre estados Nordestinos referiu-se ao banditismo quando as lideranças de estados reuniram-se para planejar a captura de Antônio Silvino. Entre os estados que se uniram em função dessa tarefa estava o Rio Grande do Norte. Todavia foi a partir da década de 1930 que as tropas federais conseguiram extinguir tal fenômeno.

Aliás, também foi a partir de 1930 que se começou a pensar com mais seriedade a respeito das soluções políticas para o nordeste.

“Assim, emergindo da intensificada atenção a questões regionais surgiram indícios fortuitos de consciência social. José Augusto, do Rio Grande, por exemplo, sustentava que o cangaço só poderia acabar quando se eliminasse a pobreza e os abusos cometidos pelos coronéis no interior em nítido contraste com as atitudes prevalecentes antes de 1930, quando encaravam as dificuldades regionais como simples decorrência da falta de renda ou da inadequação do aparelho administrativo”. (LOVE et alli, 1989, p. 137).

1.3 - O surgimento das classes médias urbanas e sua atuação na vida política

A compreensão da classe média numa visão política é feita através de sua definição de acordo com a teoria da estrutura de classes. Partindo disso, é possível analisá-la em relacionamento com outras e entender sua formação e atuação.

“As antigas classes médias compreendem a pequena produção e o pequeno comércio. A pequena produção é constituída de formas de artesanato ou de pequenas empresas familiares onde o mesmo agente é proprietário e tem a posse dos meios de produção e é ainda trabalhador direto;

o pequeno comércio, onde o proprietário, ajudado pela família fornece o trabalho e só excepcionalmente emprega mão-de-obra". (PINHEIRO, 1990, p. 11).

Na Primeira República a referência das classes médias sobre sua origem e estrutura procura superar as dificuldades surgidas pela pesquisa concreta, através de uma apresentação de divisões dentro dela mesma. Embora, essa divisão tenha sido feita em dois conjuntos, não é suficiente para identificar tais classes se tomarmos como base, por exemplo, o fato da pequena produção nunca ter se consolidado. Entretanto, se for levado em consideração a questão de que o segundo conjunto de classes médias acontece no complexo da atividade agrário mercantil pode-se perceber uma diferenciação do primeiro conjunto.

Mas, é no fim do capitalismo agrário, quando surge o êxito da economia cafeeira que aconteceu o desenvolvimento das novas classes médias. E, apesar da acumulação industrial do café só ter ocorrido a partir de 1929 pode-se dizer que iniciou-se as mudanças para as classes do poder, principalmente, no aspecto político. Pois, nele ocorre o rompimento dos grupos ligados ao conselho cafeeiro e o estado, dando margem à queda da antiga hegemonia dos grupos do café e a formação de novas alianças de classes.

Entretanto, o relacionamento das classes médias com outras camadas sociais tende a criar uma movimentação social e o que se deve considerar realmente é o nível de manifestação política dessas classes. Pois, a medida que não se distingue o nível das pequenas unidades de classes médias e do proletariado pode-se ocultar a presença de uma ou outra em questões políticas. E, mesmo quando sofrem os mesmos problemas suas diferentes situações não permitem essa identidade no estabelecimento de questões políticas.

Quando a expansão das classes médias, pode-se dizer que devido do crescimento do setor público do estado e crise da economia deu-se margem à burocracia civil e aos grupos ligados à exploração rural. Daí, o aumento das antigas classes médias que compreendiam os pequenos produtores e industriais e, as novas, compostas do funcionalismo público.

No tocante ao sistema político brasileiro, pode-se dizer que suas modificações ocorrem nas relações do estado e nas unidades de federação e na economia exportadora, no período da política dos governadores.

Quanto ao desenvolvimento das cidades, principalmente, na questão de urbanização era feito de acordo com o sistema agrário-exportador, onde as classes médias ficavam submetidas às ações das oligarquias e a suposta ajuda do Estado.

Já quanto ao papel das classes, atua como meios de revolução que ganham espaço possibilitando uma mudança a nível sócio-político. Mas, no entanto, a partir do século XIX, podem ser apresentados três momentos relevantes na presença das classes médias urbanas:

“a consolidação do esquema agroexportador sob as novas bases dadas pela produção do café, a radicalização antioligárquica do início da fase republicana e, no período posterior à Primeira Guerra Mundial, marcando o acesso dos grupos urbanos”. (PINHEIRO, 1990, P. 26).

Vale salientar que as manifestações políticas das classes médias pareciam ter cunho bem individual, dado seus posicionamentos divergentes ao poder. E, após a proclamação da República, registrou-se suas afinidades com os militares, depois com a campanha civilista e, por fim, representadas junto ao tenentismo.

“No que diz respeito às relações das classes médias com a burocracia civil é preciso lembrar que a burocracia é uma categoria específica e seu funcionamento não está diretamente determinado por sua origem de classe. E vai depender do funcionamento concreto dos aparelhos de estado e das relações do estado com as diversas classes”. (PINHEIRO, 1990, p. 31).

Portanto, a representação aparente das classes médias pela burocracia militar eram geralmente colocadas pela ideologia dominante. Sua estrutura interna e sua dependência à ideologia era difícil manter o controle da situação à nível político. Assim, a importância de suas manifestações teve sentido quando partiu das crises no interior do sistema oligárquico tradicional.

1.4 - A crise do federalismo: coronelismo e oligarquias

Dado que a tendência federalista existe desde a colônia, à medida que vão surgindo as províncias aparecem as reivindicações, assim como os antagonismos locais favorecendo o centralismo dos grupos oligárquicos.

Assim, ao abordar o termo centralismo pode-se dizer que possibilitou o fenômeno do coronelismo, exatamente pelo desequilíbrio existente entre esse e o federalismo. Ou seja, a partir do momento que os poderes centrais federais e estaduais ficaram vulneráveis deram margem a formação de novos grupos.

Na verdade, o coronel exercia a função de autoridade maior da região e da mesma forma que controlava a família, também chefiava aqueles que viviam de seu prestígio. Em função de suas ações dominadoras e administrativas, punha-se no lugar do juiz, do comerciante, do agricultor. Além disso, valia-se do voto e pressionava o povo para garantir seu domínio na região.

Numa visão geral, o coronel era oligarca, diferenciando-se desse apenas na hierarquia política; o oligarca controlava a nível geral e o coronel a nível particular.

Inclusive, um dos fatores de aumento do domínio do coronelismo está ligado aos poderes federal e estadual, pois favoreciam ainda mais sua autonomia.

Um dos fenômenos do coronelismo foi o conflito contra os governos constituídos e, como exemplo, tem-se a luta organizada pelo coronel Cunha Lima quando a Junta Governativa exerceu o poder na Paraíba ou, quando ocorreu a queda de Franco Rabelo pelos capangas do Pe. Cícero, em Fortaleza.

No entanto, esse tipo de conflito não acontece apenas entre os coronéis e lideranças estaduais, pois, questões políticas e, principalmente, questões de liderança são fatores que desencadeiam muitos conflitos.

No tocante ao Nordeste, os coronéis costumavam apoiar os cangaceiros que em contrapartida, ajudavam-nos nas guerras armadas.

Desse modo, as reações sobre tal sistema foram poucas durante a República e só depois da revolução de 1930 é que apareceram lutas mais acirradas, como por exemplo, a dos militares contra o desarmamento dos coronéis na Bahia. Mas, são fatores como desenvolvimento urbano, política regional e contradição entre governos que deram margem a queda do coronelismo.

Quanto as oligarquias eram sólidas e dispunham de bastante fidelidade com seus líderes e o partido, exerceu o domínio dos três poderes e, principalmente, no emprego de membros da família, onde objetivavam o controle da situação.

Todavia, exerciam funções divergentes frente aos Estados. Aqueles mais evoluídos funcionavam como moderadores; os mais pobres, por sua vez, ficavam a mercê do controle da família. A exemplo disso, tem-se o domínio do “Acióli”. Pois, no

seu governo Acioli coloca na máquina política familiares e amigos íntimos. O Rio Grande do Norte, também viveu situações no governo de Pedro Velho.

“Politicamente, a oligarquia mantém-se devido a modificações legislativas e à benevolência da política federal que vem desde a instituição da política dos governadores”. (CARONE, 1988, P. 278).

Sobre a Constituição Federal em 1891, pode-se dizer que dividiu-se em 5 títulos: Da Organização Federal, que aborda as atribuições dos 3 poderes; dos Estados, que deveriam seguir suas leis sem infringir a União, do Município; dos cidadãos brasileiros e disposições gerais.

Entretanto, na proporção que é colocada em pauta surge a necessidade de revisá-la em virtude das reivindicações feitas por monarquistas e parlamentaristas que enfocavam sua fragilidade e ambigüidade. Isso, portanto, foi motivo para o surgimento de críticas ao governo presidencialista e a sua autoridade.

No tocante as leis eleitorais na República, permaneciam flexíveis mediante alguns fatores. Pois, nas situações em que se tinha o intuito de controlar o eleitorado, as leis permaneciam inalteradas. Outras, portanto, sofriam modificações.

“(…) Desse modo é verdade que as Constituições eleitorais dão uma série de garantias a todos, e, que se corrigem, com as diversas revisões, algumas das falhas existentes. Mas, falhas, dubiedades e possibilidade ascensão e consolidação de grupos oligárquicos”. (CARONE, 1988, p. 298).

Entretanto, é importante saber que mesmo em face de mudanças nas leis ainda permanece o sistema de comando da máquina política na escolha de suas lideranças, Pois é ela que através dos chefes políticos escolhe seus candidatos e faz prevalecer suas vontades. Conclui-se, então, que a oposição ficava minguada ao nada.

Na política dos governadores, quando Campos Sales candidatou-se à Presidência, em 1897, surgiu as definições para o chefe de Estado, assim como, as definições de

como deveria funcionar os poderes constituintes e, assim, conclui-se a ideologia do poder. Inclusive, Campos Sales dizia “que um bom conservador precisava de ordem e autoridade para governar”. Na verdade, seu lema era acabar com as reuniões políticas onde a maioria prevalecia e ditava normas. Na sua opinião, isso era uma atitude para poucos.

“A reforma de Campos Sales torna o organismo inacessível a críticas e seus pronunciamentos absolutos”. (CARONE, 1988, p. 308/309).

Partindo disso, cria-se um sistema controlador que a lei acata eleitos pela política dominante do Estado e, portanto, favorece os grupos dominantes. Esse quadro, porém, só será mudado devido ao surgimento de novos grupos, crescimento urbano, etc.

Do mesmo modo, em 1900 ainda prevalece o sistema dominante e a oposição permanece minguada. Assim, começa a busca de soluções para o situacionismo e, surgem os questionamentos sobre a escolha de candidatos. Para cuidar disso, surgem inovações dos situacionistas que logo são contestados.

À medida que os partidos estaduais vão ganhando força, substituem conseqüentemente, os partidos unitários.

“O exclusivismo político descentralizado conduz à formação de oposições particulares que tornam a luta partidária ainda mais regional”. (CARONE, 1988, p. 315).

Outro fator que possibilita o surgimento de novas fórmulas partidárias é crescimento industrial e a necessidade de formas de lutas mais definidas. Vale salientar que foi através desses fatores, quando o socialismo e, depois, o comunismo, em 1917 tornaram-se doutrinas e táticas de resultados positivos.

Assim, é sob o estigma dessa nova ideologia que surge o Partido Comunista Anarquista referenciando a implantação do comunismo. Mas, ao surgir a dualidade entre bolchevismo e anarquismo tal partido cai.

Entretanto, dessa primeira corrente filosófica, o bolchevismo, nascem vários núcleos, como: Liga Comunista, Centro Comunista, União Maximilista, Grupo Comunista Brasileiro

De 1922 a 1924, o P.C.B., passa por um estado de adaptação e ao acontecer o estado de sítio torna-se ilegal. Mas, é a partir de 1925 que usam toda a força valendo-se dos meios sindicais. Sobre esses últimos, pode-se dizer que vieram para combater a explosão burguesa.

“A oposição de Barbosa Lima na Câmara, em agosto de 1927, favorável à liberdade de propaganda comunista é singular diante do receio geral das oligarquias e da burguesia em relação ao avanço do partido e idéias bolchevistas”. (CARONE, 1988, p. 341).

Portanto, sobre o P.C. é impossível dizer que deveria ser valorizado a partir do momento que compõe e defende camponeses, operários, etc.

1.5 - O declínio do sistema oligárquico

A crise das oligarquias veio exatamente pelo fato da existência de novos grupos burgueses e várias camadas urbanas que se adaptavam à industrialização emergente. Pois, uma vez que esse quadro se acentuava, impossibilitava o crescimento de um sistema que até então dependia do voto rural.

Outro fator que corresponde à crise do sistema oligárquico é quando o Rio Grande-do-Sul ascende no quadro da política nacional, uma vez que a Bahia perde a

condição de 3ª força eleitoral do País. Vale salientar que a posição gaúcha nesse cenário começa em 1910 e, a nível regional, também corresponde a um relevante desenvolvimento econômico.

Porém, outro ponto importante para explicar a referida crise foi a Campanha das Salvações que, apesar do seu insucesso, conseguiu mobilizar as diversas camadas sociais, inclusive coronéis que buscavam desafiar a política das oligarquias, absolutas no poder desde a República, com a política dos governadores.

Aliás, pode-se dizer que o costume das oligarquias em manipular os coronéis estava cada vez mais decadente após as salvações e, à medida que tentavam reequilibrar suas bases ficavam ainda mais fracas.

Entretanto, no governo de Washington Luís, através da Aliança Liberal consegue-se a separação de São Paulo e Minas, finalizando assim o velho regime.

“A desarticulação da aliança São Paulo-Minas não se explica, porém, apenas pelo papel ativo desempenhado pelo gaúchos no sentido de dividir o poder com os interesses dos cafeicultores. Ela é causa e consequência do progressivo eclipse das oligarquias nordestinas tradicionais, incapazes de absorver as novas forças emergentes, especialmente urbanas”. (MENDES JUNIOR & MARANHÃO, 1989, p. 56).

Nesse ínterim, em meio a um forte clima de tensão envolvendo os coronéis baianos, surge um estreito relacionamento entre o Governo Federal e coronéis da Bahia que tomou corpo a partir do empenho dos mesmos em combater a Coluna Prestes de 1925-27, bem como o flagelo das secas.

“Assim, ao terminar a década de 1920, a política das oligarquias estava irremediavelmente comprometida, evidenciando a inutilidade do sistema partidária que por mais de trinta anos servia para dar sustentação política a Velha República. Deste ponto de vista a Revolução de 30 viria a significar, para o nordeste em especial, a consolidação de uma nova ordem, em que não seria tão necessário golpear as bases coronelísticas do Velho sistema mas sim, recobri-lo de uma nova legitimidade”. (MENDES JUNIOR & MARANHÃO, 1989, p. 59/60).

2 - O contexto social, político e econômico do Rio Grande do Norte na época das oligarquias

Na chamada República Velha, período que vai de, 1889 a 1930, o Rio Grande do Norte, como os demais estados da Federação, conheceu o sistema oligárquico, tendo como líderes os membros da família Albuquerque Maranhão, que dominaram o cenário político potiguar da proclamação da República até o início da década de 1920. Entretanto, a estrutura oligárquica no Rio Grande do Norte apresentou dois momentos: o primeiro sob o domínio dos Maranhão e seus agregados, tendo como sustentáculo econômico, o açúcar e o sal. O segundo momento apresentou a ascensão do sistema político do Seridó sob a liderança de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine de Faria, políticos filhos de tradicionais famílias da referida região, onde predominava a atividade econômica de plantação do algodão e pecuária.

O fator primordial para o deslocamento da estrutura de poder do litoral para o sertão do Seridó foi sem dúvida o predomínio econômico do algodão em detrimento do açúcar, principal atividade econômica da família Albuquerque Maranhão.

Como fundador do Partido Republicano no Rio Grande do Norte, a Pedro Velho de Albuquerque Maranhão coube inaugurar o sistema oligárquico no Estado.

O Partido Republicano do Rio Grande do Norte foi fundado tardiamente, a 27 de janeiro de 1889. Pedro Velho, um jovem médico, membro de família rica e tradicional, foi aclamado presidente da comissão executiva do Partido. O Jornal A República, órgão oficial do novo partido, começou a ser editado no mesmo ano.

A trajetória de Pedro Velho e do Partido Republicano do Rio Grande do Norte em particular após a Proclamação da República, traduziu um compromisso sempre maior com os interesses dos grandes proprietários rurais e da burguesia comercial.

Como ocorreu na esfera nacional, Pedro Velho, ao assumir o poder, marginalizou os chamados republicanos “históricos”. Fez alianças com os coronéis do Seridó e do Oeste do Estado com o intuito de firmar bases eleitorais.

Na Assembléia Constituinte, Pedro Velho uniu-se ao Partido Republicano Paulista (P.R.P.).

No Rio Grande do Norte, foi o representante mais típico do federalismo republicano, da defesa da autonomia estadual e da descentralização, enfrentando a liderança de Amaro Cavalcanti, que representava, no Estado, a corrente centralizadora e industrialista.

O Rio Grande do Norte na época das oligarquias era um estado atrasado e com uma economia incipiente. Portanto, a história política deste estado, de 1889 a 1914, está diretamente ligada à hegemonia da família Maranhão. Os anos 20 marcam o início da desarticulação do sistema oligárquico nacional. No Rio Grande do Norte, a família Maranhão cai no ostracismo, dando lugar a uma nova estrutura oligárquica, porém menos forte que a primeira. O novo grupo representava os grandes proprietários e comerciantes do Seridó e Oeste (José Augusto/ Juvenal Lamartine).

A segunda oligarquia é interrompida no governo de Juvenal Lamartine, quando eclode a revolução de 3 de outubro de 1930, que modificou significativamente o panorama do País.

Observando o aspecto econômico da República Velha no Rio Grande do Norte, percebe-se que caminhou sem grandes realizações. O Estado permaneceu bastante agrário, salvo algumas realizações dos governos de Alberto Maranhão e Juvenal Lamartine. Produtos como algodão, sal, açúcar e cera de Carnaúba foram incapazes de provocar um expressivo surto industrial. Entretanto, o sistema de comunicação e de transporte elementar favoreceu uma constante circulação de pessoas e de produtos no território potiguar.

No tocante ao aspecto social, a situação era bastante precária. Na capital, as taxas de mortalidade infantil eram bastante elevadas, no interior, mais ainda. A estrutura escolar incipiente, mesmo tendo sido implantada uma rede de grupos escolares destinada ao ensino primário.

O aspecto político é marcado pelas eleições a bico de pena, dando sustentação aos grupos oligárquicos não só a nível estadual mas também local. O poder era a meta principal das famílias que dirigiam a política.

Em meio a fortificada estrutura oligárquica do Rio Grande do Norte, surge o Capitão José da Penha, natural da cidade de Angicos, para empreender em solo potiguar a campanha das salvaçãoes que varria o país, desarticulando velhas estruturas oligárquicas. Apesar de não conseguir vencer a oligarquia norte-rio-grandense, José da Penha, apelidado de o “romântico da República”, mudou o rumo da história do Rio Grande do Norte com sua coragem e seu grito libertador.

Outras figuras de destaque na velha República potiguar são: José Augusto, não como administrador, mas como político honesto e democrata, servindo de referência para as gerações futuras. Alberto Maranhão, conhecido como o “mecenas” potiguar,

pioneiro em várias realizações à nível social e econômico, E. Juvenal Lamartine que apesar do caráter violento do seu governo, tomou iniciativas inteligentes e duradouras.

Em suma, ao analisarmos a República Velha no Rio Grande do Norte em seus aspectos político, social e econômico, observamos que a maioria dos seus vícios permanecem na “nova” sociedade, camuflados por propostas inovadoras.

2.1 - O aspecto sócio-econômico do Rio Grande do Norte na República Oligárquica

Durante a República Velha no Rio Grande do Norte, o sal e o algodão tiveram o maior valor econômico nas exportações, juntamente com o açúcar e a cera de carnaúba. Mas foi o açúcar e o sal que deu apoio a oligarquia Maranhão, que através da criação do monopólio do sal, beneficiou aqueles que prestavam ajuda financeira.

Porém, foi com o fortalecimento da burguesia algodoeira que a oligarquia Medeiros ganhou força, através de José Augusto e Juvenal Lamartine. Aliás, a base de sustentação econômica era o algodão e a pecuária.

Entretanto, até 1920 o cultivo de algodão e cana-de-açúcar ocupavam a maior parte do território potiguar, dado ao índice elevado de propriedades rurais. E, só a partir do século XVIII é que iniciou-se a exploração do sal.

Assim, foi a partir do decreto de 1889, através da concessão Roma que a situação do sal sofreu alterações positivas. Tal concessão privilegiou a Companhia Nacional de Salinas Mossoró-Açu. Mas só em 1897 no governo de Ferreira Chaves aconteceu o contrato com as salinas Mossoró-Açu e, assim, concretizou-se o monopólio do sal.

Contudo, de forma discreta tal contrato foi transferido para a empresa de sal e Navegação e, por ter um caráter monopolista é reelaborado a fim de favorecer ainda mais a nova empresa contratada.

Uma vez que a produção do sal estava em alta, aparece a preferência pelo sal de Cadiz o que leva o governo a negociar suas taxas e estabelecer concessões para a criação de sindicatos. Mas, foram feitas exigências e isso se tornou inviável. Assim, entra em questão um novo contrato, dessa vez com a empresa de Comércio e Navegação. E, ao chegar o governo de Alberto Maranhão, o contrato com tal empresa foi renovado, dessa vez, abordando uma novidade: seu prazo passou de 1 para 6 anos. Aliás, antes que se concluísse foi renovado de 6 para 40 anos. Desse modo, deu-se o monopólio do sal, onde as críticas oposicionistas surgiram denunciando a ausência da liberdade de mercado e, principalmente, o escândalo administrativo. Por outro lado, esse contrato durou menos que 1 mês, em virtude das discordâncias entre diretores e acionistas da empresa.

Então, à medida que foi desfeito o contrato, foi criado o Sindicato dos Salineiros do RN. Na verdade, isso não passou do papel.

Quanto à oligarquia Maranhão, pode-se dizer que a mesma criou todos esses benefícios para a empresa de Comércio e Navegação em troca do apoio financeiro para a política.

“O rumo traçado por Ferreira Chaves à indústria do RN permaneceu inalterado no governo de seus sucessores”. (SOUZA, 1989, p. 34).

Já José Augusto, em seu governo, procurou melhorar a qualidade do sal, devido à concorrência com o de Cadiz. Assim, assinou o contrato com a firma Pereira Carneiro e

CIA LTDA Para a implantação de uma usina em Macau. O produto beneficiado por ela recebia abatimentos e outras vantagens.

No tocante ao açúcar, não foi diferente do sal em relação às concorrências, pois, mesmo tendo expandido na metade do séc. XX passou grandes dificuldades, devido a baixa de preços e a concorrência do açúcar de beterraba.

Assim, no início do século XX, os senhores-de-engenho adotaram uma produção moderna, criando os engenhos e construindo ferrovias para ampliar a produção:

No RN, apesar de aparecer uma reação tardia, o governador Alberto Maranhão tomou algumas providências e possibilitou o desenvolvimento de novas técnicas agrícolas. No entanto, a exportação do açúcar produzido no RN não apresenta uma boa fase desde 1910 à 1918 e, só depois disso, tem uma pequena ascensão.

Mas, é de 1924 a 1930 que inicia uma nova fase no estado.

“Pois, o poder político do estado passou a ser exercido pela burguesia algodoeira do Seridó, cujos expoentes máximos foram José Augusto e Juvenal Lamartine. Por isso, todas as atenções se prioritariamente para a cotonicultura (...)” (SOUZA, 1989, p. 44).

No seu governo, José Augusto deteve-se no aspecto analítico da crise do açúcar e, ao escrever ao legislativo, considera o açúcar como a maior fonte de economia no passado que devido a falta de capital e a falta de técnicas industriais entrou em crise.

Quanto ao algodão, viveu dias melhores devido a guerra de Secessão nos E.U.A., pois a Inglaterra comprou mais e, isso favoreceu, inclusive o RN, dado que era um produtor de algodão. Entretanto, passada a Guerra, volta tudo ao de costume: os E.U.A. volta a abastecer o mercado europeu com o algodão bem superior ao do Brasil e, assim, o RN é afetado.

“No RN, a produção algodoeira do século XX refletiu todos os momentos de favorabilidade ou não das conjunturas”. (SOUZA, 1989, p. 48).

José Augusto criou o serviço do algodão, possibilitando a produção, o beneficiamento e a comercialização do algodão do RN. Dessa forma, uma das medidas desse decreto foi a criação da Estação Experimental de Cruzeta. Entretanto isso não foi suficiente, pois em parceria com o governo federal firmou um acordo garantindo auxílio à cotonicultura. Portanto, como consequência dessa ação criou-se uma estrutura de apoio à produção de algodão.

Juvenal Lamartine, por sua vez, deu seqüência a isso, além de dar outros incentivos.

Mas, quando veio a depressão de 1929, o sistema capitalista foi abalado, assim com a situação da cotonicultura no RN.

Além desses produtos cultivados, outros tiveram grande importância nas exportações no RN, do mesmo modo que contribuíram como produtos de subsistência. Mas vale salientar que a pecuária também contribuiu para a economia potiguar, pois a exportação de couros e peles na República Velha também soube melhorar a renda estadual.

“O setor industrial do RN durante a República Velha era insignificante (como ainda hoje) no contexto nacional ingressou no séc. XX já concentrados nos estados do centro-sul do país”. (SOUZA apud CARONE, 1989, p. 46).

Nesse aspecto, o RN era superior apenas em relação ao Maranhão e Piauí e mantinha-se em 7º lugar a nível de estabelecimentos industriais.

Quanto aos transportes, o RN passou por um leve desenvolvimento, devido às reivindicações da burguesia agro-comercial e, no tocante as ferrovias, sua infra-estrutura encontrava-se no nordeste e na região central.

“Quanto as estradas de rodagem, o RN só veio possuí-las no séc. XX. Durante todo o período colonial e imperial, havia apenas veredas abertas pelas boiadas e pelos tropeiros (...)” (SOUZA apud POMBO, 1989, p. 63).

Os transportes marítimos e aéreos, por sua vez, tinham sua relevância devido a sua necessidade de uso.

Inclusive, foi Alberto Maranhão o primeiro governador a abrir estradas carroçáveis, dado que José Augusto nada fez em virtude do período de recessão do orçamento da IFOCS. Entretanto, ao fim da República Velha, o RN tinha um índice elevado de estradas.

Já no setor das comunicações, desde 1929 que o RN tinha agências postais e telégrafos.

E por fim, no tocante a saúde e educação andavam em situações aparentes e, embora de forma lenta, tiveram seu desenvolvimento durante a República Velha.

2.2 - A política oligárquica no Rio Grande do Norte

No Rio Grande do Norte, os ideais republicanos começaram a surgir no início do séc. XIX e em 1889 foi fundado por Pedro Velho. Isso não significa dizer, entretanto, que não existia um clima de tensão nas bases do partido, já que temiam uma rebelião monarquista.

Mas, com o tempo as coisas foram melhorando e é chegada a vez de Pedro Velho governar o Rio Grande do Norte. Assim, numa carta enviada por Aristides Lobo, recebe a comunicação de que deve ocupar o cargo de governo. Nesse ínterim, Antônio Basílio que ocupava tal cargo e consciente da nova mudança prepara-se para deixar sua função. Nesse momento, iniciou-se o primeiro mandato de Pedro Velho.

Quanto ao sistema das oligarquias era um governo baseado na estrutura familiar. E se na monarquia o controle era feito pela Família Real, na República era feito por várias famílias. Isso, conseqüentemente, deturpou o sentido do sistema republicano.

Com as oligarquias, o governo submetia-se aos interesses dos oligarcas, assim como, os estados. Na verdade, os oligarcas controlavam a política de acordo com seus interesses. Inclusive, são exemplos marcantes da ação oligárquica: o Rio Grande do Sul, onde os Borges de Medeiros atuaram 25 anos, o Ceará com a atuação dos Acioli e, especialmente, o RN onde Pedro Velho e Alberto Maranhão governaram o estado por 28 anos.

Sobre a família Maranhão é possível dizer que a história do RN foi marcada por ela. No entanto, a nível de Nordeste foi quem realizou a Revolução Pernambucana.

Entretanto, em face do sistema de oligarquias, criou-se uma instabilidade política e as províncias ganharam um número variado de governadores nomeados e, logo depois, substituídos. Contudo, esta situação contribuiu para que Pedro Velho lutasse para conquistar o timão do poder.

Assim, ganhando o crédito popular, Pedro Velho manteve-se resistente à instabilidade política, trabalhando para criar no RN sua oligarquia.

Desse modo, dos Intendentes da Capital dois eram seus primos e para dar continuidade a sua estratégia política apareceu Ferreira Chaves que mesmo não sendo da família dos Maranhão, mantinha uma afinidade com eles. E independente da saída de Pedro Velho, os fatos conspiraram a seu favor. Pois, quando Junqueira Aires foi eleito pelos Republicanos como deputado federal, logo interessou-se por sua vaga ao saber da morte do atual deputado.

Mediante tal acontecimento, Pedro Velho exerce a função de deputado, na qual já havia 2 membros também integrantes da família Maranhão.

“O favoritismo da oligarquia Maranhão não parou aí. Já preparando a eleição de Alberto Maranhão para o governo do Estado, Pedro Velho mandou que Ferreira Chaves reunisse o Congresso Legislativo Estadual para reformar a Constituição do RN, promulgada em 7 de abril de 1892”. (SOUZA, 1989, p. 124).

Uma vez realizada a reforma, o Congresso Legislativo reduziu a idade de candidatar-se a eleição de governador. Assim, Alberto Maranhão, privilegiado pela lei, elegeu-se governador aos 26 anos, em 14.06.1899.

Durante o seu governo, prestigiou-se os membros da oligarquia e, no intuito de revezar os cargos de governo com oligarcas, exerceu a função de Deputado Federal no lugar de Tavares de Lira e esse, por sua vez, ocupou a função de governador.

Por outro lado, à medida que Tavares de Lira precisou ausentar-se para ocupar outro cargo, agora o de Ministro da Justiça, entrou no mandato José de Melo e Souza, um amigo dos Maranhão, que ao ser realizada uma nova Constituição, ampliou o mandato de governador de 4 para 6 anos. Isso, conseqüentemente, favoreceu o domínio de Alberto Maranhão.

Seu segundo mandato consistiu na imortalização dos membros importantes da oligarquia no monopólio dos setores da economia estadual, no uso do dinheiro estrangeiro.

Porém, em 1913 chegada a hora da escolha de seu sucessor, acontecia um fato novo: as Campanhas Salvacionistas. Tal movimento, opunha-se as oligarquias e procurava derrubá-las. Assim, Alberto Maranhão aponta Ferreira Chaves, que como foi dito anteriormente não pertencia a sua estirpe, mas era muito ligado a mesma. Desse modo, Ferreira Chaves foi eleito e para surpresa de todos começou a desestruturar a

máquina oligárquica. Surgiram, então, as divergências políticas e, quando Ferreira Chaves conseguiu eleger seu sucessor deu-se o fim da oligarquia Maranhão.

Quanto à formação do Partido Republicano aconteceu quando Padre Miguelinho procurava um líder para carregar sua bandeira e, uma vez que Pedro Velho assumiu seus ideais criou-se o referido partido.

Figuras de maior expressão política fizeram parte dele, inclusive: Alberto Maranhão, Ferreira Chaves, José Augusto, entre outros.

O Partido Republicano Constitucional nasceu do rompimento do P.R. Federal que por sua vez era oposicionista. Mas, logo entendeu a inutilidade de lutar contra o governo na República Velha, devido a falta de privilégios.

O Partido Católico, por sua vez, apresentou diferentes fases. Uma delas dizia respeito ao tempo da Questão Religiosa, quando as autoridades católica apoiavam os candidatos católicos ao parlamento.

Ideologicamente, tal partido dizia ser defensor da pátria e da democracia. Mas, opunha-se aos líderes de Deodoro, devido seus aspectos positivistas, além da oposição que tinha frente a separação da Igreja e o Estado, a implantação do casamento civil.

Porém, o Partido Católico foi controlado pelas oligarquias a nível geral.

Já o Partido Político Operário surgiu para unir as lideranças da classe operária, embora tivesse uma certa ligação com o Partido Republicano Federal.

Quanto à questão governamental, Hermes da Fonseca teve seu mandato marcado pela inconstância política, devido aos desentendimentos entre as oligarquias e militares que lhe apoiava. Paralelo a esses conflitos, vieram as lutas políticas caracterizadas pela oposição como salvações nacionais.

Na fase das campanhas salvacionistas, os militares, unidos com a oposição derrotaram algumas oligarquias estaduais. E, ao abordar tal assunto tem-se como referência José da Penha, o capitão que objetivava ser o “salvador” do RN. No entanto, devido aos critérios da Constituição do Estado não podia ser candidato e, assim que chegou a capital potiguar organizou seu primeiro comício protestando o sistema oligárquico. Vale salientar que foi a partir de José da Penha que se iniciou a escolha de governo através de Campanhas Salvacionistas, pois, antes os sucessores eram escolhidos em reuniões governamentais.

Assim, ligas foram criadas em prol das candidaturas de Ferreira Chaves (representante do governo) e José da Penha.

“Essas ligas desempenharam um papel importantíssimo durante a campanha, mantendo acesos, em cada município onde se organizaram, os ideais políticos das duas facções em luta”. (SOUZA, 1989, P. 158).

Portanto, a medida que se organizaram as ligas, surgiu a manifestação popular em favor de seus líderes.

Ferreira Chaves, aos 61 anos, passou quase 3 meses divulgando seus ideais, percorrendo cidades como Areia Branca, Mossoró e visitando o Seridó. Já fez o mesmo trabalho de Ferreira Chaves, embora não existisse divulgação a seu respeito. Mas, ao planejar passar no Seridó foi informado de que planejavam atacá-lo e isso, pode justificar o fato de andar com cangaceiros na sua comitiva.

E enquanto José da Penha divulgava os horrores das oligarquias seus seguidores eram perseguidos. No entanto, tal situação foi restrita até um certo momento, pois, quando voltou a Natal teve sua residência dominada pela polícia do Estado e após disparos sucessivos teve sua casa invadida e ele escoltado.

Desse modo, percebe-se que não tinha apoio político para enfrentar a guerra e mesmo tendo o Presidente da República reconhecido seu direito enquanto lutava para ser eleito, não aprovou suas ações. Na visão de Hermes da Fonseca agia de forma inconveniente e violenta e, portanto, tratou de evidenciá-las num telegrama onde também discriminava as intenções políticas de José da Penha.

Então, vendo-se abandonado, José da Penha foi para o Rio e ao desembarcar, no Ceará foi morto pelos homens de Padre Cícero.

Um fator relevante durante a República Velha, além das Campanhas Salvacionistas é a perseguição à imprensa. Nesse período, como não havia recursos audiovisuais, o jornal era o único meio de divulgação. Assim, muitas vezes, jornais foram queimados e as tipografias destruídas. E no governo de Pedro Velho a liberdade de imprensa foi, muitas vezes, perseguida.

No governo de Tavares de Lira, entretanto, não foi diferente. Pois, a imprensa sofreu duas ameaças. E, quando José da Penha estava em campanha, a imprensa oposicionista sofreu golpes mortais e só ressurgiu no fim do governo de Ferreira Chaves.

“Quanto ao processo eleitoral é público e notório que durante a República Velha era profundamente fraudulento. Atas falsas ou fictícias, alistamento de eleitores defuntos ou ausentes, eliminação de oposicionistas na hora do alistamento, (...) todo este quadro de desvios e irregularidades se resumia na expressão eleição a bico de pena”. (SOUZA, 1989, p. 187).

Sobre o cangaço foi um fato que marcou a sociedade nordestina desde o séc.

XIX. Os cangaceiros tinham um comportamento autoritário e demonstravam sua coragem através das armas.

Assim, após a Proclamação da República, líderes como Antônio Silvino e Lampião marcaram o cenário nordestino. Embora, o Rio Grande do Norte não ter cangaceiros, sofreu apenas algumas invasões procedentes da Paraíba e do Ceará. Entre

elas, está a de Mossoró pelo bando de Lampião. Na época, José Augusto era o governador e já havia tomado providências. Entretanto, o combate ao cangaço atingiu seu auge no governo de Juvenal Lamartine.

“Com os processos de urbanização e de industrialização, assim, como o desenvolvimento da malha rodoviária no interior do Nordeste, tirando as populações do seu isolamento, e outros fatores de influência o cangacerismo e seu tradicional aliado, o coronelismo, entraram em rápido declínio na década de 30”. (SOUZA, 1989, p. 196).

A década de 20, entretanto, marcou a história através da satisfação de militares e civis contra o sistema das oligarquias e os processos eleitorais. E, a exemplo disso, surge a candidatura de Artur Bernardes que evidencia ainda mais uma forte oposição por parte dos militares.

Artur Bernardes, por sua vez, com seu autoritarismo beneficiava correligionários e desencadeava o desejo revolucionário dos civis e militares. Mediante isso, vários movimentos de protesto foram organizados, entre eles, a Coluna Prestes (dirigida pelo capitão Luís Carlos Prestes) em São Paulo e, conseqüentemente, foi se estendendo para outros estados.

Desse modo, chegou ao Rio Grande do Norte no governo de José Augusto. Este, por sua vez mobilizou força civis e militares em uma forte repressão ao movimento liderado por Prestes.

“O choque inicial entre os “patriotas” e os rebeldes da coluna Prestes ocorreu no dia 03 de fevereiro no lugar chamado Canta-galo (...)” (SOUZA, 1989, p.200).

Finalmente, sobre o rompimento de Ferreira Chaves e a oligarquia Maranhão pode-se dizer que esse primeiro objetivava reequilibrar as finanças do Estado e, assim tomou decisões como: acabar com o monopólio do sal, extinguir cargos criados pelo seu antecessor, etc... Isso, portanto, afetava a oligarquia.

“Apesar destes primeiros atos contra os Maranhão e seus correligionários, o bloco oligárquico continuava politicamente coeso, até porque a facção oposicionista não conseguia

ainda recompor-se da fracassada campanha de José da Penha. A eleição federal realizada em 30/01/1915 comprovou esta coesão. Assim, para preencher as duas vagas no Senado Federal foram eleitos pelo Partido Republicano Federal Antônio José de Melo e Souza e o Sr. João Tavares de Lira. Para a Câmara Federal, foram eleitos Juvenal Lamartine de Faria, Alberto Maranhão e José Augusto Bezerra de Medeiros”. (SOUZA, 1989, p. 204).

Assim, Tavares de Lira, Amaro Cavalcanti, Alberto Maranhão, João Lira, Afonso Barata e Georgino Avelino constituíram o quadro de opositores a Ferreira Chaves. Por outro lado, em junho de 1919, o jornal A República começou a fazer denúncias de Alberto Maranhão e Tavares de Lira e, em outubro desse mesmo ano, realizou-se as eleições de governador em que o Des. Ferreira Chaves elege seu sucessor (usando dos mesmo métodos políticos dos Maranhão) com uma vitória relevante. Isso, conseqüentemente selou o fim da oligarquia Maranhão.

2.3 - A decadência da oligarquia Maranhão versus a ascensão do grupo político do Seridó

Em 1913, iniciou-se a procura de um sucessor para Alberto Maranhão que não pertencesse a sua estirpe, mas que possibilitasse mais tarde, sobretudo, a volta de um Maranhão ao governo. Assim, foram sugeridos alguns nomes para a aprovação do partido e em, meio a esse acontecimento, surgiram dificuldades que questionavam a liderança do governador.

Tal situação foi agravada em face das campanhas salvacionistas que sob o apoio do Governo Federal procuravam derrubar as velhas oligarquias estaduais, substituindo-as por novas oligarquias apoiadas nos grupos militares.

Nestas condições começam a surgir no partido governamental, articulada pela facção do Sérido, a volta ao governo do estado do desembargador Joaquim Ferreira Chaves. Assim, Alberto Maranhão procura o chefe do Partido Republicano Conservador, filiado ao Partido Republicano do Estado e defende a candidatura de Ferreira Chaves. Alberto Maranhão vendo-se sem saída decide aceitar a candidatura do desembargador.

José Augusto que atuava ao momento como Deputado Federal tinha sido incumbido de resolver tal questão e ao voltar da tarefa alia-se ao Deputado Federal Juvenal Lamartine, outro político da região, para reorganizar o sistema político do Seridó, desarticulado desde a morte do Senador José Bernardo (avô de José Augusto).

Assim, mesmo com a campanha de Salvação, Ferreira Chaves é eleito com um índice elevado de votos em relação a seu opositor. E ao assumir o governo, pela segunda vez, toma medidas objetivando a derrota da velha oligarquia dominante. Desse modo, as primeiras providências tomadas foram a rescisão do contrato do sal, a reforma da Constituição Estadual, a regulamentação do serviço eleitoral, etc. Vale salientar que essa última medida selou o fim da oligarquia dominante.

Portanto, Ferreira Chaves tornou-se o novo líder da política potiguar.

“Os remanescentes da velha oligarquia começaram a perder progressivamente o controle da máquina estadual, com isto o centro da política estadual, com isto o centro da política estadual muda-se da região litorânea açucareira para o sertão do Seridó, região algodoeiro-pecuária”. (LINDOSO, 1982, p. 32).

Economicamente, a produção do açúcar iniciou o seu declínio e, o algodão foi quem assumiu sua posição no quadro da economia potiguar, favorecendo, portanto o deslocamento da região litorânea para o Seridó.

Em 1920, Ferreira Chaves, apontou seu sucessor: Antônio de Souza, ex-aliado da oligarquia Maranhão. Respondendo a ação do governo os Maranhão criam o Partido Republicano do RN, trazendo como candidato João Dionísio Filgueira.

Mas, não derrotados e Ferreira Chaves elege-se senador. Assim, ele prepara-se para voltar ao governo no quadriênio seguinte. No entanto, seus planos desmoronam quando a longa atuação de José Augusto e Juvenal Lamartine e a ação dos coronéis do Seridó interferem em suas pretensões.

“A nova convenção do partido homologou o acordo e José Augusto é eleito governador do estado sem oposição, cerca de doze mil votos. Logo após, Ferreira Chaves renunciou à chefia do partido, que passou a ser exercida pelo novo governador”. (LINDOSO, 1982, p. 37).

Assim, a ascensão de José Augusto e Juvenal Lamartine, representantes da oligarquia algodoeiro-pecuária, marca a derrota da oligarquia Maranhão, Chaves, etc.

Com as eleições de 24 de fevereiro de 1927, para o Senado e a Câmara Federal, estabelecem-se regras que impediam a presença dos Maranhão na chapa oficial. A justificativa para tal atitude foi dada pelo governo uma vez que agiram com deslealdade para com Juvenal Lamartine. Conseqüentemente, isso trouxe uma reação dos Maranhão, através da publicação de um manifesto que protestava as normas impostas pelo atual governo.

“Respondendo ao manifesto o governador afirmou que a tradição política do estado era reeleger apenas os correligionários que se mantivessem leais e se conduzissem com dignidade no devido apoio ao Governo Federal e ao estado”. (LINDOSO, 1982, p. 39).

Partindo disso, muitos conflitos acontecem até que se negociasse uma chapa em que dela fizesse parte: membros dos Maranhão e da facção seridoense.

Como nos anos vinte, houve um intenso processo de mudanças, somando a revoluções operárias, a repressão política, resultadós esses do Movimento Tenentista; no

Rio Grande do Norte, tais atitudes refletiram sob o desgaste do governo Juvenal Lamartine e das oligarquias no poder.

2.4 - O desenvolvimento da política agrícola no Rio Grande do Norte

Percebe-se que paralelo ao surto do algodão como principal fonte de renda da economia no RN foram as mudanças nas estruturas de poder de tal região. Naquele momento, mais os Maranhão estavam no ápice das lideranças e sim, a burguesia agrária do Seridó e do Oeste, representada, então, por José Augusto e Juvenal Lamartine.

Desse modo, assim que José Augusto assumiu o governo várias providências foram tomadas e, além das que foram citadas anteriormente está a do crédito agrícola, em que o Banco de Natal transforma-se em Banco do Estado do Rio Grande do Norte. Inclusive, como fonte de apoio a Igreja Católica contribui fundando cooperativa entre os produtores de algodão.

“O Estado desenvolve seu aparato burocrático beneficiando-se com o aumento das rendas do fisco. Uma série de instituições estatais são criadas e desenvolvidas, (...) uma profunda reforma da Administração Estadual é encetada logo no início da gestão José Augusto”. (LIMA & TAKEYA, 1987, P. 96).

Mas, um fato novo que aparece na política agrícola dessa época é interesse de ampliação da produção existente. Assim, algumas medidas são postas procurando adotar nas atividades e aumentar a cultura, de forma mais eficiente, daquelas já existentes.

Como já se sabe, José Augusto manteve em seu governo a preocupação com a produção agrícola e em 1924 mostrou-se interessado pela ausência do aproveitamento das culturas oleaginosas.

Juvenal Lamartine, por sua vez, tentou incrementar a citricultura, trazendo para o estado mudas de laranja-da-baia.

Em meio a tudo isto, e beneficiando-se de uma série de aspectos conjunturais, nenhum outro produto agrícola teve uma dinâmica política no que diz respeito ao algodão.

Mas, como se sabe, a Primeira Guerra Mundial afetou o preço do algodão, possibilitando uma, sensível queda. Então, as atenções governamentais voltam-se para ele e são colocadas propostas e diretrizes a fim de resolver o problema do algodão.

Diante desse quadro, José Augusto colocava nestes termos o problema do algodão:

“É pois dever precípua do governo velar pela sorte da nossa produção algodoeira, com carinho a que ela faz jus. Penso em aprimorar o nosso produto, já de si excelente, ficando-lhes a tipo definitivo com qual ele há de superar nos mercados de consumo todos os similares nacionais. Como sabes, temos a fortuna de possuir, entre as nossas variedades algodoeiras, o famoso algodão “Seridó”, de fibra longa e resistente, melhor do que qualquer outro da produção nacional, preferentemente acolhido nas fábricas para a confecção de tecidos finos e exigentes”. (LIMA & TAKEYA, 1987, p. 104).

Assim, quando a Estação Experimental do Seridó foi criada passou-se selecionar as sementes do algodão, assim como a fixar seu, verdadeiro tipo. E, como a construção do açude Cruzeta, hoje nome dado ao município em função da Estação foi ampliada. Naquele momento, tornava-se capaz de realizar experimentos de irrigação direcionados ao cultivo do algodão.

O problema de melhorar a qualidade foi detectado, no entanto, nenhuma medida correta foi colocada em prática.

E no que diz respeito à estradas, segundo a IFOCS procurou favorecer e melhorar o sistema rodoviário já existente. Mas, conforme José Augusto, a IFOCS não deu a atuação merecida as linhas ferroviárias.

2.5 - O papel do Rio Grande do Norte no movimento que desarticulou o sistema oligárquico brasileiro

A Revolução de 1930, enquanto movimento político, acarretou profundas mudanças na sociedade brasileira. O novo governo, ainda frágil, precisava consolidar os principais revolucionários, mantendo em jogo de interesses entre o novo governo, os tenentes e as oligarquias dissidentes em 1930.

Assim, a participação do RN em tal revolução pode-se dizer que foi feita na Paraíba e entre os fatores que contribuíram para essa ausência de participação então: a economia do estado dependente do governo central, a unificação da oligarquia estadual, falta de uma classe operária, etc.

Quando o Presidente Lamartine de Faria desapareceu, Natal foi invadida por um clima de agitação, saques e violência.

“Os primeiros problemas começaram a surgir com a instalação do governo revolucionário que iniciaria uma nova fase na política estadual (...) O comportamento dos militares provocou a reação de Café Filho, que arregimentara os seus liderados em direção ao palácio do governo, com a intenção de assumir o poder em nome da Revolução (...) Café criou com sua insatisfação o primeiro impasse na instalação do novo governo. Essa crise, que seria a primeira de muitas do período, revela o papel secundário de Café Filho no comando revolucionário do Estado”. (MARIZ, 1987, p. 14).

Assim, formou-se no Estado uma Junta Governativa Provisória que tomou medidas com o intuito de consolidar a reunião através de decreto surgindo, pode-se dizer, que tinham pouca expressão e que o interesse maior era de erguer os erros do passado e obedecer as regras do Governo Central.

Entretanto, passado o entusiasmo inicial do processo revolucionário no RN, inclusive que aceitou pacificamente a Revolução, começou a mostrar insatisfação com a nova situação. Assim, vários interventores surgiram no governo do RN.

“Enfim, o RN revela-se politicamente como uma região onde as mudanças políticas não são facilmente introduzidas nem bem aceitas, havendo um continuísmo dos grupos que se consolidam no poder”. (MARIZ, 1987, p. 20).

3 - José Augusto Bezerra de Medeiros: um filho das oligarquias

Por mais de meio século, o seridoense José Augusto Bezerra de Medeiros liderou a política do Rio Grande do Norte. Foi governador, inaugurando a segunda oligarquia que dominou o Estado até a Revolução de 1930. Deputado Federal e Senador da República, defensor da Educação e da Agricultura, presidiu comissões e participou de missões no Exterior, sempre buscando os meios para levar a educação a todos os cidadãos. O algodão e sua cultura foi sua bandeira acreditando na tecnologia para melhorar a produtividade do chamado “ouro branco” do Rio Grande do Norte”. Lembrando ainda que em seu governo criou-se o direito ao voto da mulher, bem antes do Governo Federal.

José Augusto, nasceu na cidade de Caicó-RN, a 22 de setembro de 1884, filho do professor Augusto Bezerra de Araújo e de D. Candida Olindina de Medeiros. Era descendente de Tomaz de Araújo, seu tetravô, que foi o primeiro Presidente da Província do Rio Grande do Norte, e neto do Senador José Bernardo de Medeiros.

Começou seus estudos aos cinco anos. Além de sua mãe, foram seus professores primários D. Leopoldina de Brito Guerra e Manoel Hypolito Dantas, em Caicó; D. Adelaide Câmara e José Amorim Garcia, em Natal, e Tomaz Sebastião de Medeiros em Acari, onde concluiu o curso em 1896.

Casou-se com D. Alice Godoy Bezerra de Medeiros, de família gaúcha em 1º de setembro de 1917, de cuja união nasceram quatro filhos, Cândido, Manoel, Marina e José.

Aos 13 anos de idade vem residir em Natal na casa do seu tio Manoel Dantas, um intelectual bem conceituado em sua época. Ingressou no Atheneu, onde foi líder estudantil.

Concluiu o curso jurídico em 1905, na Faculdade de Direito do Recife, aos 21 anos, assumindo em seguida a Procuradoria da República no Rio Grande do Norte. A partir daí exerceu os cargos de professor e diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, Juiz de Direito da Comarca de Caicó, Vice-presidente da Conferência Institucional do Ensino Primário, Chefe de Polícia do Estado do Rio Grande do Norte, redator dos jornais “O Diário de Notícias”, “O Jornal” a “A Manhã”, todos do Rio de Janeiro, e diretor das revistas “A Educação” e “Revista Brasileira de Educação”.

Exerceu ainda como já foi mencionado os mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal (com seis legislaturas), Senador da República e Governador do Estado, de 1924 a 1927.

Foi sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócio benemérito do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e da Associação Comercial do Rio de Janeiro, sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, sócio Remido da Associação Brasileira de Imprensa, Conselheiro do Conselho Nacional de Economia, membro da Sociedade Brasileira de Economia Política, Comissão Diretora da Associação Comercial do Rio de Janeiro, Comissão Executiva do Instituto Nacional do Sal, Subcomissão de Legislação Social, Comissão Diretora da Associação Brasileira de Educação, Academia Norte-Rio-Grandense de Letras e Academia de Escritores, a nível nacional.

Pertenceu também as duas sociedades internacionais, na qualidade de membro ambas na França. Publicou alguns trabalhos como: Pela Educação Nacional (1918), Aos Homens de Bem (1926), Política no Rio Grande do Norte (1930), A Representação Profissional nas Democracias (1933), Ante-projeto de Constituição em Face da Democracia (1934), Porque Sou Parlamentarista (1940), O Sal e o Algodão na Economia Potiguar (1946), Pela Educação Nacional (1950), A Federação Mundial (1954), Seridó (1954), Amaro Cavalcanti (1954), Conselho Nacional de Economia (1956), A Região do Seridó (1961), Presidencialismo versus Parlamentarismo (1962), O Rio Grande do Norte no Senado da República (1968).

No dia 31 de janeiro de 1955, José Augusto encerrou sua vida pública dos quais 40 anos foram dedicados a Câmara Federal.

Sua última viagem a Natal ocorreu em maio de 1967, por onze dias, aos 83 anos de idade. Faleceu no Hospital dos Servidores do Estado do Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1971, aos 86 anos de idade, tendo sido sepultado no jazigo perpétuo número 19.442, ala 5, junto a quadra número 20, no Cemitério São João.

Portanto, baseando-se no fato de José Augusto ter herdado a postura política de seus antepassados, colocando-a em prática, através da participação ativa no quadro da política brasileira e, especialmente, tendo em vista, sua atuação como chefe político na segunda fase oligárquica do Rio Grande do Norte é que se percebe uma identidade como a estrutura de poder que dominou o país até 1930.

3.1 - A identidade política e educacional de José Augusto

À medida que o sertão ia sendo povoado por sismeiros que vinham de outros lugares e instalavam suas fazendas ali, aconteceu o que se podia chamar de invasão em terras primitivas. Desse modo criou-se vários combates entre os novos povoadores e o Tapuia. Uma vez que os Tapuias perderam seu solo forma construídas casas, entre elas, a do Cuó que foi a referência para os que ali chegaram. Assim, da casa-forte do Cuó fundou-se o Arraial Queiquó, que foi a origem da cidade de Caicó.

Desse modo, à medida que o Arraial surgiu pelo incessante crescimento da região, veio a necessidade de uní-la com elementos que a tornasse ainda mais efetiva. Então, criou-se uma capela e o regimento de cavalaria das ordenanças. Isso, portanto, possibilitou a genealogia das várias famílias que apareceram na região, entre elas: os Medeiros, Bezerra, Araújo, etc.

“Além de tais famílias há a presença do imigrante lusitano que constitui com os que lá estavam as elites econômicas e políticas emergentes no séc. XIX, tornando-se os fundadores hereditários no domínio econômico, político e intelectual da zona do Seridó e, por vezes, mandatários do Estado”. (ARAÚJO apud MEDEIROS FILHO, 1995, p. 31).

Inclusive, vale salientar que essas elites favoreceram um cunho social agrário e eram voltadas para os valores religiosos que, por sua vez, contribuíram para o controle social e político. Outro fato interessante sobre essas, era a tradição existente em manter uma relação amistosa com Olinda e Recife. Assim, costumavam dirigir-se a tais lugares a fim de resolver questões comerciais, educacionais, pessoais, etc.

Portanto, como Recife influenciava as elites daquela região, foi criada na Vila Nova do Príncipe Escolas de Primeiras Letras. E, em 1810, foi fundada pelo padre Brito Guerra, tio trisavô de José Augusto, a Escola de Gramática Latina, a fim de dar

continuidade aos estudos da referida vila e, conseqüentemente, inserir os filhos das elites no contato com as letras clássicas. Partindo disso, percebe-se que tal escola atuou como um meio de influência intelectual e política para as elites que ali viviam, tanto a nível estadual quanto nacional.

No tocante a influência da elite seridoense a nível nacional, cita-se o exemplo de Tomaz de Araújo Pereira, tetravô de José Augusto pelo lado paterno, que foi apontado para a presidência da província do RN. Vale salientar que a relevância desse fato deve-se a posição do Seridó a nível econômico-social. Pois, de produtor pecuário passava a algodoeiro-pecuária.

Mas, outro fato importante no tocante à influência seridoense é que um grupo de intelectuais dessa região foi responsável em Caicó pelo movimento que organizou a abolição dos escravos e pelas cerimônias de alforrias antes de 13/05/1888.

Politicamente, os ideais republicanos foram lentamente invadindo o Seridó e, através do Tenente coronel José Bernardo de Medeiros avô de José Augusto, iniciou-se a publicação do jornal “O Povo” que defendia as idéias liberais, inclusive, “O Povo” foi o primeiro jornal republicano criado no RN e, foi em Caicó que foram criadas as primeiras propagandas republicanas do Estado.

“Teve-se assim, em Caicó, através desses movimentos políticos intelectuais e dos seus respectivos órgãos de opinião pública como a imprensa escrita, em última, um Germem do que se pode considerar o ponto de partida e dos partidos políticos - Liberal e Conservador - pela participação de um grupo intelectuais de base rural (...)” (ARAÚJO, 1995, P. 42).

Com o advento da República, Pedro Velho assumiu a direção política do RN e formou um esquema político composto pelos coronéis oligárquicos das Zonas Oeste e Seridó do Estado. Assim, o Oeste era representado pela indústria salineira e o Seridó

pela facção ligada aos interesses algodoeiro-pecuário liderada por José Bernardo (o bispo do Seridó).

Nesse ínterim, iniciou-se a organização para formação da chapa para as eleições estaduais e José Bernardo aponta seus candidatos, entre eles, o professor Manoel Augusto Bezerra de Araújo, pai de José Augusto.

Mas, com o passar do tempo José Bernardo e Pedro Velho cortam suas ligações que caracterizou-se pela historiografia como “rompimento”.

Entretanto, é com a morte do Senador José Bernardo, em 1907, que seu novo herdeiro político José Augusto, dotado de uma formação intelectual relevante e voltado para o liberalismo, surge no interior potiguar.

José Augusto Bezerra de Medeiros nasceu em Caicó aos 22/09/1884. Tinha uma descendência histórica ligada a política econômica do Seridó e, conseqüentemente, do Estado. Daí sua identidade com a política e educação. Inclusive, sobre tais aspectos é necessário destacar que no discurso feito na ABE, em 1955, enfatizou seu interesse pela política devido a influência recebida da família. Quanto ao interesse pela educação, também estava ligado a laços familiares quando teve seu bisavô e, mais tarde, seu pai ligados a Escola da Gramática Latina. Ambos eram professores da referida entidade.

A influência de José Augusto foi marcada pela influência política educacional de seus familiares. Uma vez que habitava numa residência onde funcionava a única escola pública secundária e o salão de encontro dos intelectuais e políticos da cidade mantinha-se sempre atento aos acontecimentos políticos e culturais.

Com o advento da República, as instituições criadas na época do Império foram extintas e, assim, seu pai ficou desempregado indo morar em Acari (RN). Lá, ficou

como Intendente e depois foi deputado da Assembléia Legislativa do RN. Nesse ínterim, José Augusto iniciou sua vida acadêmica, sob a orientação do professor Tomaz Sebastião de Medeiros. Vale salientar que enquanto esteve em Acari, José Augusto fez parte da escola de música e do coro da Igreja Matriz.

Entretanto, procurando dar seqüência aos seus estudos, em 1897 foi morar em Natal, na casa de seu tio que também era envolvido no meio intelectual. Assim, despertou o interesse pela leitura e pelas discussões políticas.

“No Atheneu, fazendo o ginásio preparatório, destacou-se pelo rigor nos deveres escolares, assim como, na liderança estudantil promovendo entre os estudantes tertúlias literárias e sociais (...)” (ARAÚJO, 1995, p. 53).

E, seguindo os passos de seus antepassados, aos 16 anos ingressou na Faculdade de Direito em Recife. Isso, conseqüentemente, remeteu resultados quanto a sua formação intelectual e liberal.

Contudo, um fato interessante é que no período da Faculdade José Augusto foi influenciado pelo ambiente progressista e, desse modo, participava de campanhas contra as oligarquias dominantes do Estado.

“A feição oligárquica dos Estados e da Nação, levou José Augusto a tomar parte em outros movimentos políticos que extrapolavam os originados no meio acadêmico (...)” (ARAÚJO, 1995, p. 55).

Assim, quando aos 21 anos voltou a Natal, objetivava realizar a trajetória política herdada de sua estirpe. E, com isso, começou a despertar nos antigos opositores de seu avô a necessidade de afastá-lo da política.

Naquele momento, Tavares de Lira que era representante da oligarquia Maranhão foi incumbido de considerá-lo para ser Inspetor Federal do Colégio Abílio do RJ. Então, à medida que aceitou a oferta exonerou-se do cargo de professor de História no Atheneu e, passou com isso, a ser um freqüentador assíduo de livrarias no RJ.

Mas, com a morte de Pedro Velho, Alberto Maranhão assumiu o governo e designou José Augusto como professor de Geografia e História do Atheneu. Desse modo, ele voltou ao solo potiguar.

Conseqüentemente, foi aos poucos ganhando espaço e quando tornou-se Diretor Geral da Instrução Pública do Estado já era bem conhecido na capital potiguar. Portanto, a partir daí interessou-se pela conquista do interior, especialmente, o Seridó.

Assim, tornou-se juiz de Direito de Caicó, depois Chefe de Polícia em Comissão nos municípios do interior, além de outras coisas que apesar de ter ficado por pouco tempo, favoreceram seu contato com os coronéis do Seridó. Partindo disso, pode-se dizer que estavam formadas as bases para seu futuro comando do RN.

Neste ínterim, iniciou-se as articulações para a escolha do sucessor estadual. Assim, Juvenal Lamartine direcionou José Augusto a interceder pela candidatura de Ferreira Chaves, junto a Pinheiro Machado, atual líder da política das oligarquias. Vale salientar que Ferreira Chaves fazia oposição aos Maranhão e ao conseguir eleger-se fez crescer o símbolo da facção política do Seridó. Além disso, foi no governo de Ferreira Chaves que a política econômica do Estado passou aos poucos do açucareiro-têxtil para o algodoeiro-pecuária.

Desse modo, em face da nova organização política e econômica do Estado, e o novo herdeiro político do Senador José Bernardo decidiu candidatar-se ao governo. Mas, devido a interferência dos Maranhão, José Augusto foi afastado da política do RN e eleito Deputado Federal nas eleições de 1914 onde passou a residir novamente no RJ, dedicando-se, então, a causa educacional.

Contudo, percebe-se que o período de 1889 a 1914 foi caracterizado pelo domínio de Pedro Velho e da oligarquia Albuquerque Maranhão a nível nacional, onde nenhuma oposição tinha oportunidade de chegar ao poder.

E, portanto, o sonho de José Augusto em tornar-se governador do RN, somente se realizou em 1924.

3.2 - A atuação de José Augusto frente ao executivo potiguar

Quando José Augusto tomou posse em janeiro de 1924, como governador do RN, deu prioridade a causas, como educação, saúde, agricultura, etc. Esse primeiro valorizava bastante, pois acreditava ser o meio de desenvolver as cidades a nível moral, intelectual e econômico. Aliás, como intelectual sempre deu margem à causa educacional.

“Nesse sentido, José Augusto levava para a experiência do governo do Estado a afirmação de identidade social de educador, constituída numa trajetória dentro do campo da educação como professor, diretor do Atheneu, diretor da Instrução Pública no RN (...)” (ARAÚJO, 1995, p. 123).

Entretanto, durante seu governo não enfrentou como de costume o problema das secas, pelo contrário, foi abordado pelo problema das chuvas que desestruturaram o sistema econômico do RN. Isso, conseqüentemente, afetou José Augusto que mesmo passando por uma crise de depressão procurou adaptar a realidade a sua meta governamental.

Assim, fez uso do pensamento racional usado por alguns profissionais especializados e reformulou a máquina administrativa do Estado, transformando as

Diretorias Gerais em Secretarias e Departamentos. Nesse sentido, José Augusto aproveitou para consertar a indústria do sal.

No tocante a melhoria da produção do algodão, também foi prioridade em seu governo, dado que era a principal base econômica do Estado.

No entanto, a reforma do Estado no quadriênio de 1924-1927 não propõe apenas mudanças administrativas e econômicas, como também sociais com a remodelação urbana.

E, levando para a reforma médico-sanitária deu-se devido a influência recebida de São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, José Augusto organizou um amplo programa a ser aplicado em todo o RN.

“A reforma educacional do governo de José Augusto, como uma das pautas modernizadoras da reforma do Estado, representou a intenção de ampliar as realizações escolanovistas em curso desde a reforma do ensino de 1916, a partir da orientação vigente da lei nº 405, de 29 de novembro de 1916”. (ARAÚJO, 1995, p. 138).

Portanto, partilhando de uma mentalidade educacional própria dos educadores, José Augusto junto com os intelectuais sociais no Estado, procurou ampliar o papel escolar aliando às medidas de saúde, saneamento e higiene, como exigência para a renovação e moralização dos costumes urbanos, especialmente no tocante as classes populares.

Do mesmo modo, sua preocupação era proporcionar a socialização dos alunos e, a exemplo disso, tinham as escolas rudimentares destinadas aos bairros operários e fazendas onde tivessem em média 50 analfabetos.

Vale salientar que a época de seu governo coincidiu com a organização dos trabalhadores e dos educadores profissionais. E, um fato que marca a politização de Natal, nessa época, é a criação da Associação dos Professores do RN, assim como, a

criação da classe trabalhadora. Nesse ínterim, formou-se uma aliança entre o governo do Estado, as elites dominantes e a igreja a fim de formar um vínculo amistoso entre esses e a nova classe operária, com a intenção de melhor dominá-la.

No tocante a política, é relevante mencionar a preferência para José Augusto a vaga deixada por Juvenal Lamartine no Senado. Esse, por sua vez, ausentava-se para exercer o cargo de governador (1928-1930) dando margem para seu amigo eleger-se sob os primeiros votos femininos. Cumprindo assim, o jogo político comum a estrutura oligárquica.

“(…) Mas, contrário ao sufrágio feminino, por ainda não constar na Constituição Federal, a Comissão de Poderes do Senado, exclui do 10.612 votos considerados válidos os 15 votos femininos recebidos por José Augusto para Senador da República, cujo mandato foi exercido até a Revolução de Outubro”. (ARAÚJO, 1995, P. 161).

3.3 - O papel de José Augusto na política nacional

A nova missão de José Augusto frente ao Senado finalizou sua função quanto ao governo do Estado e, apesar de ter permanecido no cargo de Senador da República até a Revolução de 1930, pôde voltar ao seu cargo em novembro de 1933 ficando até julho de 1934.

Mas, com as eleições nacionais de 14 de outubro de 1934, é eleito como Deputado Federal pelo Partido Popular do RN. Inclusive, tal partido foi fundado sob sua orientação. Enquanto organizador e dirigente do Partido Popular, José Augusto concebeu seu programa e, entre os pontos que se destacaram, estavam: a defesa do sistema parlamentar; o voto universal, a proteção a agricultura e a indústria, etc.

Nesse ínterim, tinha início os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte a 15 de novembro de 1933. O RN, por sua vez, fazia parte dos alvos das manobras articuladas por Getúlio Vargas, pois nele o bloco de oposição ao governo era bastante condensado e tinha como líder José Augusto. Assim, uma medida do Presidente foi nomear um interventor que, por sua vez, era filho do vice-governador de José Augusto, obviamente, era uma forma usada para tentar convencer a oposição.

“A Assembléia Nacional Constituinte aprovou eleições para a Câmara e o Senado, assim como para as Assembléias e os governos Estaduais, a serem realizadas em 14/10/1934. Os deputados federais e estaduais em pleito direto, enquanto governadores e senadores seriam eleitos pelas respectivas Assembléias. Sob a presidência de José Augusto, o Partido Popular realizou sua convenção a 23 de setembro de 1934 em Natal (...)” (ARAÚJO, 1995, p. 177).

Mediante as eleições, a vitória no RN é para o Partido Popular liderado por José Augusto, que na Câmara Federal assumiu uma postura oposicionista, compondo o bloco da minoria no Congresso.

Mas, com o surgimento do Estado Novo em 1937, José Augusto cai no ostracismo político e passa a trabalhar em funções públicas, como: professor, jornalista e Inspetor de Seguros da Empresa Equitativa no Ceará, Piauí, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Entretanto, acerca do conhecimento em torno de José Augusto, Getúlio Vargas convida-o para assumir a Pasta da Educação no Ministério. Mas, o convite é recusado uma vez que ele preferia continuar com as suas convicções políticas.

Assim, empenhou-se prioritariamente nas Campanhas Parlamentaristas, através de debates na Assembléia Nacional onde enfocava a implantação do Parlamentarismo.

Inclusive, segundo José Augusto tal regime seria o caminho para o Brasil participar dos avanços das nações civilizadas livres e possuir instituições que assegurassem a liberdade e a democracia para o povo.

Desse modo, analisando a vida de José Augusto da infância à idade adulta percebe-se uma profunda formação liberal, bem como uma forte ligação à estrutura de poder vigente até 1930.

CONCLUSÃO

Percebe-se que o fim do governo de Floriano Peixoto, em 1894, iniciou-se um novo ciclo de dominação política: eram as elites agrárias (especialmente a cafeicultora) que passavam a dominar diretamente o cenário político brasileiro, pondo fim ao militarismo e consolidando o regime Republicano.

Assim, durante a República foi marcada por uma estrutura de poder ligada ao governo central, em que se faziam presentes um jogo de interesses entre o Governo Federal, Estadual e Municipal (representado pelas oligarquias).

O controle oligárquico sobre a política nacional consolidou-se pouco a pouco, tendo como base de sustentação três elementos: o coronelismo, a política dos governadores e a política do café-com-leite.

Dessa forma, várias famílias passaram a dominar a política nas três esferas do poder. E, entre as que se destacaram pode-se citar: os Albuquerque Maranhão, no RN; os Acioli, no CE; os Rosa e Silva, no PE; os Nery, no AM; etc.

Sobre essa primeira, pode-se dizer que a história do RN foi marcada por ela, quando atuou no poder durante 28 anos, tendo como base de sustentação econômica a indústria do sal.

Assim, tal quadro só foi mudado quando a nova estrutura oligárquica despontou no cenário político do RN, articulada pelos coronéis do Seridó e Oeste.

Desse modo, a nova facção que passou a dominar a política norte-rio-grandense, apoiava-se na economia algodoeiro-pecuária, representado por José Augusto e Juvenal Lamartine.

Portanto, sobre José Augusto é possível dizer que herdou uma estrutura oligárquica de seus antepassados e isso, conseqüentemente, justifica sua postura no que diz respeito a política.

BIBLIOGRAFIA

01. ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros**: vida, educação, política. São Paulo, 1995. 198 p. 1 v. TESE (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo.
02. BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**. 4 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. V. 2.
03. CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
04. _____. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
05. CARONE, Edgar. **A República Velha**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Berthad Brasil, 1988. V. 1.
06. CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: MEC/Serviço de Documentação, 1965. 529 p.
07. CARDOSO, Fernando Henrique. **Dos governos militares a Prudente - Campos Sales**. IN: FAUSTO, Boris, (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de poder e economia (1889-1930)**. 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985. V. 1.
08. FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na história**. 2 ed. Natal: RN Gráfica e Editora, 1989. 179 p.
09. LIMA, Hermano Machado Ferreira & TAKEYA, Denise Monteiro. **História Político-Administrativa da agricultura do RN - 1982/1930**. Natal: PROED - Editora Universitária, 1987.

10. LOVE, Joseph e outros. **O poder dos Estados. Análise Regional.** IN: FAUSTO, Boris, (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** Estrutura e poder e economia (1889-1930). 5 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985. V. 1.
11. MARIZ, Marlene da Silva. **O comportamento revolucionário do Rio Grande do Norte no movimento de 1930.** In; VIVÊNCIA, Natal: UFRN - CCHLA, Editora Universitária, n. 3, VII.
12. MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
13. MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas Famílias do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.
14. LINDOSO, José Antônio Spinelli. **Da oligarquia Maranhão à política do Seridó:** O Rio Grande do Norte na Velha República. Natal: UFRN/CCHLA, 1982.
15. PEREIRA, Nilo. **José Augusto Bezerra de Medeiros:** um democrata. Natal: Fundação José Augusto, 1982.
16. PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Classes médias urbanas: Formação, natureza, intervenção na vida política.** In: FAUSTO, Boris (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira:** Sociedade e instituições (1889-1930). 2 ed. Rio de Janeiro: Difel, 1985. V. 2.
17. POMBO, Rocha. **História do Rio Grande do Norte.** Rio de Janeiro: Editores Anuário do Brasil, 1922.
18. SOUZA, Itamar de. **A República Velha no Rio Grande do Norte (1889-1930).** Brasília: Centro Gráfico do Senado, 1989.

19. SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **José Augusto Bezerra de Medeiros**. Natal: Academia Norte-Riograndense de Ciências, 1988. (Coleção Mossoroense, série B, n. 528).